



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: “Segurança, Defesa e Forças Armadas”.

“FORMAÇÃO POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA RONDA DO QUARTEIRÃO”.

CRUZ, Lara Abreu

Mestranda em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (MAPPS/UECE)

labreucruz@gmail.com

LOPES, Emanuel Bruno

Doutorando em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ)

Pesquisador do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (Labvida/UECE)

ebrlopes@gmail.com

BRASIL, Glaucíria Mota

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Coordenadora do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS/UECE)

Coordenadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (Labvida/UECE)

gmotabrasil@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de qualificação dos policiais militares que compõem o Programa Ronda do Quarteirão e se esta qualificação está em acordo com os mecanismos legais e as políticas públicas que subsidiam a formação dos operadores de segurança pública no Brasil. O estudo revela que formalmente houve uma preocupação em unir o ensino das técnicas e culturas militares a fundamentos teóricos mais humanísticos, que permitissem uma atuação policial de proximidade com a comunidade. Entretanto, percebe-se um ensino fragmentado, sem interdisciplinaridade e em desacordo com os mecanismos legais pertinentes. Assim, as deficiências da formação podem ter contribuído para a reprodução de práticas abusivas e de desrespeito aos direitos humanos não capacitando os recém-formados para não reproduzir as práticas de uma polícia tradicional, conservadora e pouco contribuindo para a modificação da mesma.

Abstract

This article aims to analyze the process of qualification of police officers the “Ronda do Quarteirão” program and if the qualification is in accordance with the legal mechanisms and public policies that subsidize the training of operators of public security in Brazil. The study reveals a concern on joining teaching of the theoretical foundations military techniques that allow a human policing nearest community. However, there is a fragmented education, without interdisciplinary and at disagreement with the relevant legal mechanisms. We conclude that a poor training can contribute to the reproduction of abusive practices and human rights abuses.

Palavras-chave: política de segurança pública; formação policial; policiamento comunitário; governança.
Keywords: public security; police training; community policing; governance.

PAP1271

FORMAÇÃO POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA RONDA DO QUARTEIRÃO

1. Introdução

Para conter o crescimento da criminalidade e o aumento da violência no País, frente ao fracasso do policiamento tradicional, identificado mais pelo uso da violência, abuso e repressão do que pela prevenção, o Governo brasileiro tem incentivado a criação de um novo modelo de pensar e fazer polícia mais identificado com ações proativas e preventivas do que repressivas e reativas. Para tanto, vem-se realizando mudanças na qualificação profissional dos agentes de segurança pública e incentivando experiências de policiamento comunitário nos Estados.

A construção de todo um novo aparato pedagógico para as forças de segurança pública, no qual se dá uma valorização à comunicação entre as disciplinas técnico-operativas e uma educação humanista, com enfoque em disciplinas das ciências sociais, especialmente aquelas voltadas aos direitos humanos, à mediação de conflitos e ao desenvolvimento da ética e da cidadania se constitui no núcleo da mudança na qualificação dos profissionais da segurança pública. “Esta qualificação vem, em grande parte, na contramão de uma formação militarista, resquício de um regime de exceção” (BARREIRA e MOTA BRASIL, 2002, p. 151) e por isso capaz de projetar mudanças no modelo tradicional dos agentes da segurança pública.

Outro fator que vem modificando a maneira de se pensar e fazer a segurança pública no Brasil está relacionado ao apoio dado às experiências de policiamento comunitário, as quais vêm para modificar, essencialmente, o trato, as relações pessoais e a própria imagem que a sociedade tem da polícia.

Dessa maneira, o Governo do Ceará criou, em 2007, um programa de policiamento com feições comunitárias, denominado “Ronda do Quarteirão”. Também conhecido como “a polícia da boa vizinha”, o programa se propunha a desenvolver uma modalidade de policiamento por meio de ações ostensivas e preventivas, tendo como diferencial sua proposta de proximidade com a população e a contribuição desta na prevenção da criminalidade.

Com o passar do tempo, as abordagens do novo policiamento, antes respeitosas e cordiais, começaram a assemelhar-se ao policiamento tradicional. Velhos problemas ressurgiram, dentre eles, o de “abordagens policiais desastrosas”, associadas à formação policial deficitária, o que nos levou as indagações que nortearam o presente trabalho: De que maneira a “nova formação” foi repassada a esses policiais? Como se deu o processo de aproximação entre a Academia de Polícia e a Universidade para esta formação? Por ser uma modalidade de policiamento comunitário, a formação do Ronda do Quarteirão se diferenciou da formação da “polícia tradicional”? Quais as limitações e os avanços dessa formação específica? Enfim, como ocorreu a formação dos primeiros policiais que passaram a integrar o programa Ronda do Quarteirão?

Para tanto, o artigo toma como pano de fundo as pesquisas: O impacto da nova formação policial no programa Ronda do Quarteirão: uma proposta de policiamento comunitário (2008 a 2010)(FUNCAP) e Os limites e potencialidades da nova formação policial nas parcerias das academias de polícia com a Universidade no Ceará (2008- 2012)(CNPq)(www.uece.br/politicaspública). Assim, realizamos uma análise compreensiva dos discursos oficiais das experiências e práticas profissionais que subsidiaram a formação dos policiais do Programa Ronda do Quarteirão, relatados durante a realização de entrevistas e grupos focais pelas referidas pesquisas e dos quais participaram pessoas que trabalharam diretamente na elaboração e no desenvolvimento do Curso de Formação de Soldados de Fileiras da Polícia Militar, de 2007, dentre eles membros da Polícia Militar do Ceará (PMCE), da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), do Ministério Público e da sociedade civil.

2. A “nova” formação policial no Brasil

A partir do ano de 2000, com a criação do primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), o Governo Federal iniciou uma série de ações voltadas para a qualificação e valorização profissional dos agentes de segurança pública, propondo ações que pudessem garantir uma reforma substancial nas polícias estaduais por meio do desenvolvimento de Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais de Segurança do Cidadão.

As Bases Curriculares passaram a servir como um mecanismo pedagógico para nortear as instituições responsáveis pela formação do quadro de operadores da segurança pública nos Estados, assim como “uma ferramenta de trabalho que auxilie a homogeneização dos cursos de formação e o planejamento curricular” (BRASIL, 2000b, p. 6).

As Bases Curriculares trouxeram, pela primeira vez, a descrição de um “perfil desejado” para todas as categorias profissionais da área da segurança pública, estabelecendo que esses profissionais passassem a ter sólidos conhecimentos capazes de lhes fazerem compreender a diversidade dos cenários sociais, empregue as técnicas aprendidas de maneira adequada nos procedimentos, tomadas de decisão e resolução de conflitos e agindo em conformidade com as leis nacionais e internacionais, tratando todos de acordo com os preceitos morais e éticos.

Para tanto, se fez necessário a construção de um desenho básico curricular. Este currículo estava dividido em disciplinas que compunham um núcleo comum a todas as formações, denominado por “Base Comum” – definida pelo próprio documento - e uma parte diversificada - formulada por cada centro de ensino a fim de reunir disciplinas que atendessem “as características específicas de cada curso de formação e as peculiaridades regionais” (ibidem, p. 19), por isso seria necessária, antes, a realização de um perfil profissiográfico da região onde o curso de formação aconteceria. Todas as disciplinas passam a ser norteadas por temáticas centrais - cultura, sociedade, ética, cidadania, direitos humanos e controle de drogas – e pautadas em três dimensões do conhecimento: conceitual (fundamentação científica), procedimental (habilidades) e atitudinal (modos de agir e sentir).

Três anos após a elaboração do I PNSP(2000), já no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), o Estado resolve fazer uma revisão no modelo de orientação que estava dando à segurança pública. Desta maneira, em 2003, é elaborado o “Projeto Segurança Pública para o Brasil”, o qual reconhecia, definitivamente, a importância da formação policial para superação do modelo tradicional implantado no Brasil: “a atual formação das polícias é positivista, discriminatória e se funda na antiga Lei de Segurança Nacional e, sobretudo, na Doutrina de Segurança Nacional, que entendiam o cidadão como potencial inimigo interno” (BRASIL, 2003, p.31). É o início de uma nova maneira de se pensar e fazer segurança pública no Brasil.

Isto significava que a qualificação e a formação do quadro de operadores da segurança pública passaram a ser vistos com outros olhos, um olhar voltado ao ensino dos direitos humanos, da ética e da cidadania e que tradicionalmente as Academias de Polícia não o possuíam, por isso a necessidade de consolidar uma Matriz Curricular Nacional para as instituições policiais, a qual foi elaborada no mesmo ano. Com isso, a Matriz Curricular passou a ser o novo referencial pedagógico nacional para a formação em segurança pública, dando prosseguimento ao trabalho iniciado pelas Bases Curriculares, em 2000.

De 2005 a 2007, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça, em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha realizou seis seminários regionais, no qual a equipe técnica e os docentes das academias e centros de formação tiveram a oportunidade de refletir sobre a Matriz Curricular Nacional, assim como apresentar os fundamentos teórico-metodológicos contidos na Matriz, discutir as disciplinas da Malha Curricular, a transversalidade dos Direitos Humanos, a prática pedagógica e o planejamento/execução das ações formativas, por isso a utilização da expressão “em movimento” à Matriz. Ao término dos seminários foi construída uma nova Matriz Curricular, denominada de “Matriz Curricular em Movimento”.

Em 2008, a Matriz Curricular ganhou uma versão modificada e ampliada, a qual passou ser chamada de “Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública”, com alterações nas cargas horárias das disciplinas, dando maior enfoque às disciplinas voltadas à resolução pacífica de conflitos, à valorização profissional, à saúde do trabalhador e à ética e direitos humanos.

Todas essas iniciativas demonstram a preocupação do Governo Federal em superar um modelo policial reconhecidamente débil por meio da formação e da qualificação profissional, não apenas com o desenvolvimento de documentos para nortear a formação, mas também na ênfase dada ao ensino pós-ingresso e por meio da aproximação com as Instituições de Ensino Superior (IES), como as Universidades.

3. O Programa Ronda do Quarteirão

As discussões em torno da segurança pública passaram a ser mais frequentes na agenda política brasileira nos últimos anos. Almeida e Brasil (2004) informam que até então pouco priorizada no cenário político, ganha destaque e ficam evidentes a definição e a função da força policial no Brasil. São inegáveis os esforços realizados atualmente na área da formação policial, diante do arbítrio característico do modelo tradicional de policiamento. Basta ver as ações do Governo Federal para fortalecer o sistema educacional dos profissionais de segurança pública, sobretudo, no tocante a educação permanente e/ou continuada, por meio de treinamentos, capacitações e cursos, como por exemplo, com a criação a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP, 2006).

Em alguns países da América do Norte, Europa Ocidental e Oriental, os estudos sobre o lado progressivo e avançado do policiamento, realizados por Skolnick e Bayley (2002), mostram que a preocupação central é o papel do público no policiamento, o que impõe também uma nova responsabilidade para a polícia, como a criação de laços mais estreitos entre polícia e comunidade, ou seja, a idéia da “co-produção” na prevenção dos crimes. Para que isso ocorra deve-se romper com policiamento tradicional, ou melhor, os policiais precisam superar as velhas práticas, caso haja permanência, algumas inovações podem ser enganosas e a tão esperada mudança não ocorrer. Desse modo, como pensar a formação policial nesse contexto de inovações do policiamento?

Nas inovações do policiamento, os estudiosos têm mostrado que as forças policiais devem eleger valores para que a polícia haja em uma perspectiva de prevenção ao crime aliada à comunidade e devem ser vistos como compromissos permanentes, haja vista a existência de uma cultura policial marcada pela dicotomia “nós-eles”, o corporativismo, a pouca confiança nos olhares externos. Enfim, de vários impedimentos interligados que ameaçam a “concepção consagrada do profissionalismo da polícia” (Bayley e Skolnick, 2002, p.237).

Pensar em mudança nas estratégias de policiamento, com a criação do Ronda é também aceitar que os valores escolhidos para nortear as ações dos policiais e as orientações dos comandos têm que ser diferentes daquelas que são vigentes na instituição policial tradicional. Para os policiais do Ronda essa relação entre polícia e comunidade, estabelece uma nova forma de interação, passam a perceber a necessidade de uma proximidade com a comunidade e aparentam gostar disso.

Nesse contexto, o programa Ronda do Quarteirão insere-se no cenário do Estado do Ceará como uma modalidade de policiamento diferente dos experimentos realizados anteriormente, ou seja, uma estratégia que faz uso de ações preventivas e comunitárias, com possibilidades de abertura à participação e organização comunitária na prevenção dos crimes e mediação dos conflitos sociais. A proposta do programa é agir principalmente nos crimes de menor potencial ofensivo e com base em estratégias diferenciadas de prevenção a partir da filosofia de polícia comunitária, na qual os policiais moldam suas operações de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade (Projeto Ronda do Quarteirão, 2008). Não se pode negar que a proposta do programa se revela como uma intenção de ruptura com a estrutura repressiva tradicional que predomina nas forças de segurança pública. O programa se baseia em uma nova mentalidade de atuação, com novas possibilidades de alterar os modos tradicionais de pensar e fazer polícia.

Torna-se então, necessário destacar alguns aspectos da formação dos policiais que integram o “Ronda do Quarteirão”. Pode-se perceber que alguns dos policiais foram recrutados e selecionados de dentro dos

quadros da Polícia Militar e outros recém incorporados, aqueles considerados “antigos, bem preparados” para atender as exigências dessa nova estratégia de policiamento. Quais os elementos que caracterizam a formação desses policiais?

4. A Formação dos Policiais Militares do Ronda do Quarteirão

O Curso de Formação de Soldados de Fileiras da Polícia Militar do Ceará, de 2007, possui algumas características que o faz singular dos demais cursos de formação de soldado da PMCE já realizados no Estado. A primeira característica é o de que este curso seria o primeiro a introduzir as modificações curriculares propostas pelo documento Matriz Curricular em Movimento (MCM), elaborado em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), dando início, assim, a uma nova Malha Curricular. Segundo por ser o primeiro curso para a capacitação dos soldados que viriam a compor o programa de policiamento comunitário do Estado do Ceará, o Ronda do Quarteirão. Terceiro, por ter realizado por meio do convênio estabelecido entre a Polícia Militar do Ceará (PMCE) e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), o que nos dá a oportunidade de analisar o papel que a Universidade exerce no ensino policial.

Como o Ronda estava com a data de implantação atrasada, os gestores da área da segurança pública, para atender as exigências políticas em torno da execução do Programa, resolveram reduzir a carga horária do Curso de Formação de Soldados de Fileiras de 1.078 horas/aula para 715 horas/aula, o que representou uma diminuição de seis meses para três meses de formação.

Segundo, o coordenador do Ronda do Quarteirão na época, coronel Joel Brasil, o curso de 3 meses teria sido suficiente para capacitar os policiais em sua atuação profissional, o que se precisava, posteriormente ao curso, era a realização de capacitações, de ensino continuado ao longo da carreira (O POVO, 19/10/2009, p. 09). O que não aconteceu, principalmente, pela carga horária desumana que foi imposta aos policiais “rondantes” numa escala de oito horas diárias (de três turnos) com folga de um dia na semana que sempre caia no mesmo dia da semana. Carga horária que só foi alterada após uma “greve branca” ocorrida na PMCE, em 27 de abril de 2010, em que houve adesão em massa dos policiais do Ronda do Quarteirão.

Segundo Mota Brasil, Lima e Cruz (2008), a redução da carga horária do curso de 2007 causou prejuízos à formação desses policiais. O primeiro desses prejuízos e inicialmente o mais visível foi a supressão do Estágio Supervisionado ou Ação Policial Supervisionada (APS), ao qual, na formação de 2003, foram destinadas 114 horas/aula.

Com isso, pode-se considerar o fato dos soldados formados na primeira turma não terem passado pela experiência do estágio como rito necessário e importante para a adaptação desse profissional. O agravante nesse episódio foi o fato desses policiais terem passado direto do curso de formação para trabalhar nas ruas da cidade, não houve rito de passagem pelo estágio. O próprio secretário de segurança pública na época, Roberto das Chagas Monteiro relatou o despreparo dos instrutores na formação desses policiais:

(...) houve um despreparo muito grande dos instrutores, pois tivemos notícias de irregularidades muito grandes, por exemplo, teve uma que foi até publicada em jornal, na qual um policial brincou com outro usando uma arma. Ele apontou a arma na cabeça do outro, apontando a arma para a janela. Quer dizer, tipo de brincadeira, que doutrinariamente é inadmissível. Com arma não se brinca, mesmo sabendo que está descarregada. Então, tivemos um caso sobre professores que não iam dar aula, que faltavam, professores que chegavam à sala, em aulas de direito, e perguntavam: “Alguém aqui é bacharel em Direito?” – “Eu” – “Então vem aqui dar aula que eu tenho o que fazer”. Chamou o aluno para dar aula. Então a formação foi a pior possível. Se eu fosse dar uma nota para essa formação da primeira turma, eu daria uma nota 4 ou 5 (depoimento concedido ao Grupo Focal Institucional da Pesquisa “Os impactos da nova formação policial no programa ‘Ronda do Quarteirão’: uma experiência inovadora de policiamento comunitário?”, realizado em 29/09/2009). (Grifos nossos).

Sem acrescentar o fato dos policiais rondantes não terem tido aula de direção para conduzir às potentes e modernas Hillux compradas exclusivamente para o programa Ronda do Quarteirão. Uma realidade

demonstrada nos muitos acidentes envolvendo os carros do Ronda nas ruas do Estado, assim como uma das justificativas dadas pelos policiais rondantes para aderirem à “greve branca” realizada por policiais militares, em abril de 2010.

Sobre esse assunto, a professora Juruena Moura que ministrou aula no primeiro Curso de Formação dos policiais do Ronda do Quarteirão, em 2007, relatou um caso ocorrido em sala de aula enquanto ministrava a disciplina de Direitos Humanos: “eu estava em sala de aula, em uma aula de Direitos Humanos, entrou um colega PM do senhor [coronel Túlio Studart] dizendo: ‘Quem sabe dirigir?’ – e a relação foi feita dessa forma. Eu fiquei estarecida”.

Ao relato da professora Juruena Moura, o tenente-coronel Túlio Studart, na época comandante do Ronda do Quarteirão, explica que durante a formação da primeira turma para o programa, o edital determinava que esses profissionais deveriam ser habilitados em condução de veículos de emergência, no entanto, para a segunda turma, em 2009, não havia essa determinação no edital, então eles foram para a rua sem esse tipo de habilitação.

A gente colocou no DETRAN para fazer esse curso, mas o curso não obriga a prática, apenas a teoria. (...) Então, agora a gente está fazendo a parte prática. Então, ele tem, em uma das disciplinas, a direção defensiva. É um curso de controle de viaturas emergenciais e uma das disciplinas é a de direção defensiva (depoimento concedido pelo coronel Túlio Studart, ex-comandante do Ronda do Quarteirão, ao Grupo Focal Institucional da Pesquisa “Os impactos da nova formação policial no programa ‘Ronda do Quarteirão’: uma experiência inovadora de policiamento comunitário?”, realizado em 29/09/2009).

E só para se ter uma ideia teve alguns alunos que (...) tiraram a carteira de motorista para fazer os concursos. Então, não tinham nem uma ideia de trânsito. Todos nós aqui somos motoristas, sabemos que não se aprende a dirigir de uma hora para outra e dar uma viatura cheia de tecnologia, com câmbio hidramático, para esses policiais que nunca tiveram contato com isso, (...) então, o resultado a gente viu aí: bateram carros, uma confusão toda (depoimento concedido pelo secretário de segurança pública Roberto Monteiro ao Grupo Focal Institucional da Pesquisa “Os impactos da nova formação policial no programa ‘Ronda do Quarteirão’: uma experiência inovadora de policiamento comunitário?”, realizado em 29/09/2009).

Essa redução não se deu apenas com a supressão do Estágio Supervisionado, ou ausência do curso de condução de veículos de emergência, mas também na redução da carga horária de algumas disciplinas ministradas.

Através da análise comparativa realizada entre as cargas horárias das disciplinas ministradas durante os Cursos de Formação de Soldados de Fileiras da PMCE nos anos de 2003 e 2007 podemos observar que das 29 disciplinas ofertadas no Curso de Formação de 2007, 13 sofreram redução na carga horária, que vai desde a diminuição de 10 horas/aula até mesmo a 30 horas/aula; foram acrescidas três novas disciplinas (Português Instrumental, Polícia Comunitária e Lições de Direito Penal e Processual Militar); e 13 disciplinas não tiveram redução na sua carga horária, sendo elas, em grande parte, jurídicas.

Ao todo mais da metade das disciplinas ficaram com uma média de 20 horas/aula. Até mesmo a disciplina de Policiamento Comunitário, a qual deveria instrumentalizar os policiais na filosofia do policiamento de proximidade objetivado pelo Programa Ronda do Quarteirão, recebeu uma carga horária (20h/a) inferior a outras disciplinas de teor técnico-operativo, como Defesa Pessoal (50h/a) e Ordem Unida (30h/a).

Não houve por parte da coordenação institucional do curso de formação dos soldados de fileira da PMCE(2007) explicações sobre os critérios de escolha para reduzir e/ou aumentar a carga horária das disciplinas frente as exigências governamentais para redução do tempo de formação e consequente carga horária de 1078 h/a para 715 h/a. Contudo, durante o Grupo Focal Institucional, o professor Nelson Arruda, do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (CED/UECE), responsável pedagógico pelo curso de formação, relatou que, durante o processo de elaboração do Curso de Formação posicionou-se contrário a redução da carga horária, mas acabou aceitando as imposições da SSPDS:

(...) quando a gente era chamado para discutir, praticamente as questões já estavam definidas pela Secretaria. E eu ficava muito preocupado com a questão do tempo, com as coisas feitas, assim, sem discussão, sem a gente se preparar previamente. Então, a Secretaria dizia: “olha, é uma decisão superior”. (...) Praticamente não tinha capacitação dos formadores, a gente tinha formadores da Polícia Militar e da Universidade, e a gente não tinha tempo para prepará-los. Então a gente fazia uma reunião com eles para preparar o material, mas não tinha nem tempo para reunir o material. (...) quando veio o Ronda, com toda força política que ele representava, eu esperava que nós tivéssemos um ano para formar o pessoal. (...) passando as reuniões e, cada vez mais o tempo ia baixando. Primeiro, eram quatro meses. Na outra reunião, eram três meses. O meu medo era que na última reunião baixassem para dois meses. E aí, como é que ia ficar? Então, a formação foi muito prejudicada (depoimento concedido pelo professor Nelson Arruda ao Grupo Focal Institucional da Pesquisa “Os impactos da nova formação policial no programa ‘Ronda do Quarteirão’: uma experiência inovadora de policiamento comunitário?”, realizado em 29/09/2009). (Grifos nossos).

Verifica-se também que em muitos aspectos os conteúdos programáticos de algumas ementas e apostilas de disciplinas ministradas no Curso de Formação de 2007 não estavam em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Matriz Curricular Nacional, no caso, a Matriz Curricular em Movimento (MCM), elaborada em 2006, bem como a Malha Curricular presente nessa Matriz, e que deveriam ser o horizonte teórico-pedagógico norteador desse curso de formação.

De um modo geral, podemos afirmar que o Curso de Formação de 2007 não segue a proposta curricular presente na Malha Curricular da MCM. Algumas vezes nota-se uma aproximação com os conteúdos das Bases Curriculares de 2000. Isso porque o número de disciplinas ofertadas, a nomenclatura e as ementas de algumas delas seguem o padrão das Bases Curriculares e não da MCM. Além disso, é possível observar que algumas disciplinas sugeridas pela MCM não foram repassadas, enquanto que outras, não sugeridas, o foram.

De um modo geral, as apostilas não seguiram um padrão de organização, é como se elas não tivessem sido organizadas por uma mesma equipe técnica. Algumas possuem ementas, outras não. Algumas seguem a ementa, outras não. Umas são muito bem aprofundadas e contextualizadas, outras são displicentes em seus textos e sem qualquer aprofundamento teórico. A maioria não traz os autores referenciados pela MCM (2006) e quando traz, são, apenas, dois ou três. O conteúdo do material didático é composto por textos simples, breves, sem muita fundamentação teórica e que oferecem mais espaço para dispositivos legais (normas, leis e estatutos) do que para uma possível reflexão do soldado em formação.

Além disso, a MCM determina que todas as disciplinas devem promover a interdisciplinaridade entre o conteúdo estudado e a realidade da atividade profissional, o que não foi encontrado em nenhuma das apostilas das disciplinas do Curso de Formação de 2007.

Pode-se, ainda, afirmar, com essas análises, que o Governo Estadual tentou implantar uma nova modalidade de policiamento, algo próximo ao policiamento comunitário, mas não deu a devida atenção à formação desses profissionais, formando-lhes no mesmo modelo tradicional em que prevalecem valores autoritários característicos do velho conservadorismo hermético das forças militares.

Conclusões

A implementação do programa Ronda do Quarteirão possui muitas falhas estratégicas, mas nenhuma lhe foi tão prejudicial a curto, médio e longo prazo do que a redução da carga horária do Curso de Formação de Soldados de Fileiras de 2007, de 1.078 horas/aula para 715 horas/aula.

As percas nesse Curso de Formação foram gerais, tanto para as disciplinas da área das ciências sociais e humanas como para aquelas de teor técnico-operativo. Esses policiais rondantes não ficaram com deficiências apenas no trato com a população, que deveria ser o grande diferencial do programa Ronda do Quarteirão, mas também em questões relacionadas às técnicas de policiamento, às noções de informação e à utilização de armamentos e direção de veículos de emergência.

Assim, as perdas foram gerais não só porque tiveram suas cargas horárias reduzidas, mas porque deixaram de trazer importantes avanços alcançados pela Matriz Curricular em Movimento. É como se todo o trabalho de discussão da Matriz Curricular Nacional, em 2006, durante os Seminários da Matriz Curricular em Movimento, realizados em todo o Brasil, e da formatação de uma nova Malha Curricular para os Profissionais de Segurança Pública tivessem sido em vão.

Desse modo, mesmo havendo a co-participação entre a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Polícia Militar (PMCE) para a formação dos policiais militares, observa-se um ensino fragmentado, que não promoveu a interdisciplinaridade, um dos princípios necessários pontuados pela MCM (2006) para o desenvolvimento de um currículo que dialogasse disciplinas das ciências sociais e humanas com técnico-operativas e ambas com a realidade de atuação dos policiais militares. Isso coloca em questão os limites das contribuições trazidas pela Universidade Estadual do Ceará aos Cursos de Formação.

Segundo Mota Brasil (2004, p. 159), “a questão é que a simples alteração dos currículos”, como as Academias de Polícia vêm realizando nos últimos anos, “não é garantia de mudanças na formação policial”. Isso quer dizer que “antes que se proponham currículos e metodologias, cumpre levar em conta que a formação policial no Brasil ainda é marcada por uma concepção autoritária do emprego da polícia, e que os próprios policiais não estão infensos a valores culturais de uma sociedade fortemente preconceituosa e hierarquizada”. (DaMatta, 1979 apud Kant de Lima, 2007, p.76)

Assim, mesmo com todas as reduções, ainda assim, é possível observar que as disciplinas embasadas em conteúdos militares, responsáveis pela produção de “corpos dóceis e úteis” para o funcionamento da corporação militar ganharam destaque em detrimento daquelas de fundamentos teóricos mais humanistas, de especial importância para o preparo dos policiais que iriam realizar um policiamento mais proativo que reativo e, portanto, mais próximo da comunidade.

Há que se dizer que com exceção de duas ou três disciplinas, do Estágio Supervisionado (suprimido) e dos Seminários Temáticos, toda a grade curricular utilizada no Curso de Formação de 2007 foi a mesma utilizada no Curso de Formação de Soldados de Fileiras, de 2003. O que nos leva a duas conclusões que, apesar, de inicialmente parecerem contraditória, ao final têm certa coerência.

A primeira, foram formados policiais militares para agir dentro da filosofia de policiamento comunitário, obedecendo aos mesmos padrões de formação do policiamento tradicional; segundo, da possibilidade desses policiais não terem tido nem se quer a formação dos policiais que compuseram a corporação em 2003, já que aos policiais rondantes foram suprimidas matérias antes ministradas em 2003. No entanto, um fato é certo: os policiais que participaram da formação de 2007 foram formados sob o modelo de uma base curricular ultrapassada e em uma carga horária menor do que a padrão, usada pela formação dos policiais que integram o policiamento tradicional da PMCE.

O que é possível apreender nesse trabalho é que a formação profissional dos policiais militares no Estado do Ceará, embora orientada por “novos conteúdos”, acabou sendo neutralizada pelo velho modelo do fazer policial, mais identificado com ações repressivas do que preventivas, o que é incompatível com a proposta de policiamento comunitário. “Não adianta mudanças curriculares se as velhas práticas continuam garantidas no exercício das atividades policiais, se a teoria na prática é outra” (MOTA BRASIL, 2004, p. 160).

Tudo isso nos leva a questionar se o programa Ronda do Quarteirão e a formação dos soldados que o compõem não seriam apenas o mais do mesmo na política de segurança pública do Estado, ou mais uma maneira de se perpetuar o *status quo* da corporação ou apenas mais “um caso clássico de colocar vinho velho em garrafas novas” como indagam os autores Skolnick e Bayley(, 2002, p. 16) ao discutir algumas propostas de mudanças nas polícias.

Por fim, nos perguntamos, o que mudou? Será que podemos afirmar que nesse cenário político as mudanças têm suas potencialidades, mas também seus limites. Ou será que as propostas de mudança ou a aceitação destas significam: “vamos aceitar mudar para que tudo fique como estar”.

Referências

- Agressão em praça pública. Jornal o Povo (Especial Ronda sob Investigação): 14 de Julho de 2009, p. 08.
- ALMEIDA, R. Cidadania e policiamento comunitário. In: Segurança, violência e direitos (fascículo, n. 09). Fortaleza: www.fdr.com.br/seguranca,2007.
- BARREIRA e MOTA BRASIL, M. G. As Academias de Polícia e a Universidade: parcerias e resistências. Coleção Segurança Pública e Democracia, Rio Grande do Sul, v.1, p. 151-164, 2002.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão. Brasília: MJ, 2000.
- , Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Projeto Segurança Pública para o Brasil. Brasília: MJ, 2003.
- , Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública. Brasília: MJ, 2003.
- , Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular em Movimento, Diretrizes Pedagógicas e Malha Curricular. Brasília: MJ, 2006.
- CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Projeto Ronda do Quarteirão, 2008.
- Garoto morto com tiro de PM. Diário do Nordeste: 26 de Julho de 2010, p. 16
- GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2003. 7ª ed.
- Olhares sob o Ronda. Jornal O Povo (Especial Ronda sob Investigação): 17 de Julho de 2009, p. 08.
- MOTA BRASIL. M. G. Formação e inteligência policial: desafios à política pública de segurança. In: O Público e o Privado, n.4, jul-dez.de 2004, pp. 141-163.
- , LIMA, V. F. e CRUZ, L. A. Potencialidades e Limites da Formação Policial: a experiência do Ceará nas parcerias da Universidade com a Academia da Polícia Militar. Relatório Final da Pesquisa Violência Urbana, Polícias Militares Estaduais e Políticas Públicas de Segurança – VIPOSEG (2006-2008). Fortaleza, Ceará, 2009.
- Ronda sob investigação. Jornal O Povo (Especial Ronda sob Investigação): 13 de Julho de 2009, p. 08.
- SKOLNICK, J. H. e BAYLEY, D. H. Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo. São Paulo: EDUSP, 2002 (Série Polícia e Sociedade, nº 6)
- “Tem policiais que não sabem manusear arma”, diz secretário. Jornal O Povo: 19 de Outubro de 2009, p. 08.
- Tiraram a vida de um inocente. Jornal O Povo: 26 de Julho de 2010, p. 03